



CARTA ABERTA DO ENCONTRO DOS BISPOS DA AMAZÔNIA LEGAL AO POVO BRASILEIRO

*“Vi, então, um novo céu e uma nova terra, morada de Deus com sua gente (...).
Nunca mais haverá morte, nem luto, nem grito, nem dor.
Sim! As coisas antigas passaram! Eis que faço novas todas as coisas”
(cf Ap 21, 1-5).*

“Cristo aponta para Amazônia”.

A convocação de São Paulo VI, que repetidas vezes nos inspirou como interpelação, se configura agora como profecia: os olhares se voltam para Amazônia, pela riqueza da sua biodiversidade e de seus povos, e isto nos alegra; mas também olhares ambiciosos, que lançam sobre a região um avanço de depredação e ameaça à vida, e isto nos causa indignação. Como Igreja Católica, também nós, lançamos **nosso olhar vigilante, nossa escuta contemplativa e esperançosa, nosso comprometimento inequívoco**; levantamos nossa voz, renovamos os apelos à ecologia integral, ao cuidado com a casa comum, à proteção e preservação da região e renovamos nosso empenho como aliados dos povos desta *Querida Amazônia*.

Nós, bispos da Amazônia, presbíteros e diáconos, religiosos e religiosas, cristãos leigos e leigas em profunda sintonia com o Sínodo Pan-Amazônico, reunidos nos dias 18 e 19 de maio de 2021, desta vez nos servindo das tecnologias de comunicação, de distantes nos fizemos próximos, como nos fazemos próximos do nosso povo como uma Igreja que se põe à escuta e acolhe as culturas e tradições amazônicas, expressão do Espírito de Deus. No exercício de nossa missão evangelizadora dirigimos esta mensagem a toda sociedade, aos povos da Amazônia, aos homens e mulheres comprometidos com a defesa da vida. E o fazemos profundamente sensibilizados pela situação de vulnerabilidade e ameaças que sofre toda casa comum, agravada pela pandemia da Covid-19, e pelo acirramento das disputas territoriais com expansão das atividades minerais e do agronegócio em terras de populações tradicionais. A consequência desse cenário de morte tem sido as inúmeras e incontáveis vítimas da pandemia. Chegamos aos quase 440.000 mortos, além dos que sucumbiram diante de processos de violência no campo e na cidade. Nos solidarizamos com todos os que tombaram vítimas do descaso e dos projetos de morte. Como o salmista, reconhecemos a preciosidade da vida de cada homem e de cada mulher que partiu: *“É de alto preço, aos olhos do Senhor, a morte dos seus fiéis”* (Sl 116,15).

Nosso olhar vigilante

Acompanhamos estarecidos, mas não inertes, o desenrolar de um arquitetado projeto genocida que, por sua vez, revela o devastador agravamento de uma crise que escancara a pobreza diante da escandalosa concentração de riquezas. Este é o sinal evidente da perversidade de uma economia de mercado, embasada no capital especulativo, que se alimenta das necessidades dos estados nacionais,

fazendo destes seus novos consumidores. Assim, o capital sequestra a autonomia dos Estados, exige e dita os novos rumos da política, rompe com as históricas conquistas sociais, desmonta as instituições e políticas de seguridade, alimenta-se das posturas extremistas, que por sua vez buscam na religião sua legitimidade de expressão. Essa perversidade busca revestir-se de um maquiado desejo de liberdade e de autonomia diante da lei, derruba os marcos legais que garantem o equilíbrio das relações e a salvaguarda do bem comum. As lutas das populações da Amazônia têm diante de si o escandaloso desafio da pretensiosa legalidade do ilícito. Ou apelamos para a garantia legal da vida e dos territórios, ou nos defendemos quando o extermínio se torna lei!

Este dinamismo é escancaradamente presente diante da questão das lutas dos povos indígenas. O cenário político indigenista vivido no Brasil é de retrocesso, com o agravamento das violações dos direitos destes povos, principalmente no que se refere à regularização dos seus territórios. Eles enfrentam invasões de suas terras, incentivadas por estratégias políticas que favorecem a exploração, por garimpeiros, mineradoras, madeireiros, desmatadores, agentes do agronegócio, entre tantos outros, gerando toda espécie de violências e violações de direitos humanos e da natureza. Somam-se os incêndios, poluição das águas dos rios, contaminação de peixes, contaminação das pessoas e dos animais; assassinatos, violência sexual, pandemia, desassistência.

Percebemos, também, que a crise socioambiental, denunciada em 2019 durante o Sínodo, acentuou-se durante a pandemia e revela os limites de um sistema que está sendo rapidamente destruído e que tende a perecer se a crise não for detida. Preocupa-nos a cadeia de iniciativas em vista do desmonte e fragilização da legislação socioambiental e fundiária: O PL 3729/2004 que desmonta o sistema de licenciamento ambiental; o PL 2633/2020 e PL 510/2021 que abrem as “porteiras” para a grilagem de terras; o PL 191/2020 permitindo a mineração e atividades econômicas em terras indígenas; o PL 6299/2002 que flexibiliza fabricação e uso de agrotóxicos. A profecia não silencia diante destas práticas: *“Ai dos que inventam leis injustas, dos escribas que referendam a injustiça para oprimirem os pobres no julgamento”* (Is 10,1-2).

Enquanto escrevemos estas linhas, populações que há mais de 30 anos estavam presentes em seu chão, são despejadas no Assentamento Jacutinga em Porto Nacional – Tocantins, contrariando a recomendação do Conselho Nacional de Justiça de não executar decisões desse tipo em tempo de pandemia.

Outra série de agressões vão se acumulando neste cenário que não escapa aos nossos olhos: as ameaças às unidades de conservação, o acirramento da violência no campo e na cidade, a crise migratória, o feminicídio, a exploração sexual, o trabalho escravo, o tráfico de pessoas, entre tantos. Como se não bastassem essas crises provocadas pela intervenção humana, o fenômeno das enchentes, que pode ser agravado pelas mudanças climáticas, castiga nossas populações ribeirinhas. De olho nas águas, percebemos uma iminente crise hídrica como pauta de um próximo embate.

Somos sabedores que os governantes têm o dever constitucional de agir para evitar a destruição das riquezas naturais e implementar políticas públicas que amenizem a situação de desigualdade e pobreza, porém, na Amazônia isso não vem acontecendo. Assistimos um governo que vira as costas a esses clamores, opta pela militarização em seus quadros, semeia estratégias de criminalização de lideranças e provoca conflito entre os pequenos. Dói em nossos corações de pastores as imagens de escárnio e zombaria das dores

de nossa gente: *“Nossa alma está farta, em extremo, da zombaria dos satisfeitos e do desprezo dos soberbos”* (Sl 123,4).

Não obstante este cenário, mantemos viva e acesa nossa esperança no Ressuscitado: *“No mundo tereis aflições, mas tende coragem! Eu venci o mundo”*. (Jo 16,33)

Nossa escuta contemplativa e esperançosa

Aprendemos da experiência do Sínodo da Amazônia um olhar esperançoso. A Amazônia é também resposta! Ela irrompe como novo sujeito e como novo paradigma pela questão ecológica e pelos seus povos originários. A partir da Amazônia fomos desafiados a assumir esses novos paradigmas em nossa ação evangelizadora. Os caminhos traçados pelo Sínodo da Amazônia, catalogados em forma de compromisso no novo *Pacto das Catacumbas pela Casa Comum*, deixaram evidente a necessidade de superar uma lógica colonizadora, de escolher a periferia como centro da Igreja, de assumir o caminho da inculturação e interculturalidade, seja no campo dos ministérios como das estruturas: uma Igreja com o rosto Amazônico.

Constatamos com alegria a atuação de uma infinidade de comunidades constituídas e milhares de lideranças de cristãos leigos, na sua maioria mulheres, que atuam no campo da evangelização e educação socioambiental. A partir dos relatórios dos Regionais da CNBB na Amazônia, verificamos que estamos a passos lentos, mas progressivos, tornando concretos os caminhos de conversão propostos no Documento Final do Sínodo e os quatro Sonhos do Papa Francisco na Exortação Apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*. Foi justamente para retomarmos o ardor do Sínodo da Amazônia e apreciar os passos dados que fomos convocados para este encontro. Perguntamo-nos: *“Que mudanças efetivamente têm ocorrido em nossa ação evangelizadora desde as indicações do Sínodo?”*

Nosso comprometimento inequívoco

A Igreja na Amazônia já tem um caminho. Somos uma Igreja que age sob a força e inspiração do Espírito de Deus. A liberdade e ousadia do Evangelho são mais fortes que as amarras e os desgastes das estruturas. A conversão pastoral, desde a Conferência de Aparecida (2007), nos interpela, a conversão integral, desde o Sínodo da Amazônia, nos inquieta. Somos sabedores dos desafios de manter a unidade em tempos de conflitos, do nosso papel mediador. Não somos ingênuos de pautar nosso agir em polarizações agressivas, como insistem até mesmo alguns que dizem professar a fé em Jesus Cristo, mas não haja dúvidas de que lado nós estamos: por causa do Evangelho e do Reino reafirmamos nossa incondicional escolha por estas populações, por estes territórios, por estas vidas ameaçadas. Em nada nos fascina qualquer aproximação com esses sistemas perversos, mas também aos que neles se envolvem, anunciamos a Boa Nova de Jesus: *“Cumpriu-se o tempo, e está próximo o Reino de Deus. Arrependei-vos e crede no Evangelho”* (Mc 1,15)!

Não estamos sozinhos, há outros interlocutores da fé cristã, de outras expressões religiosas, de organizações populares, novos sujeitos emergentes; a partir dos pequeninos nos sentimos irmanados neste compromisso. *“Tudo isso nos une. Como não lutar juntos? Como não rezar juntos e trabalhar lado a lado para*

defender os pobres da Amazônia, mostrar o rosto santo do Senhor e cuidar de sua obra criadora?” (Querida Amazônia 110).

Sentimo-nos impulsionados e animados a reafirmar alguns compromissos:

- Prosseguir e avançar em nossa pauta pastoral as reflexões e indicações ousadas do Sínodo em torno dos ministérios, como apresenta o Documento Final do Sínodo nos números 103 e 111, e da formação inculturada dos nossos agentes;
- Elaborar um plano estratégico com diretrizes pastorais, que encarne o sonho social, ecológico, cultural e eclesial para a Pan Amazônia;
- Incentivar a questão da segurança alimentar como estratégia de cuidado pela vida;
- Reafirmar nosso envolvimento efetivo com o Pacto pela Vida e pelo Brasil, unindo-nos ao “coro dos lúcidos” fazendo nossas as suas pautas: a vacina para todos, a defesa do SUS, o auxílio emergencial digno, pelo tempo que se fizer necessário e a investigação da responsabilidade pela má gestão do sistema de saúde em meio à pandemia do coronavírus. Da mesma forma tornar vivo o Pacto Educativo Global, proposto Papa Francisco, em todas as regiões da Amazônia. Conclamamos todas as instâncias eclesiais e a sociedade como um todo a unir-se neste engajamento;

“O que vos é sussurrado ao ouvido, proclamai-o sobre os telhados” (Mc 10,27). Tendo descoberto a capilaridade das novas dinâmicas de comunicação, das quais nos servimos para chegar junto às nossas comunidades em tempos de distanciamento social, igualmente queremos por meio destes recursos fazer chegar a todos e todas estas nossas inquietações, esperanças e compromissos.

Exortamos, às mais variadas lideranças de cristãos leigos e leigas, que não desanimem da luta, que renovem continuamente o senso de comunhão eclesial, que a paixão pelo Reino de Deus seja sempre alimentada, e que a sensibilidade para com os mais pobres seja permanente.

Não nos falem a intercessão de nossos mártires, companheiros de caminhada, e o olhar benevolente da Senhora de Nazaré, Mãe da Amazônia: “esses vossos olhos misericordiosos a nós voltei”! A Mãe de Deus está conosco. Sigamos em frente!

Amazônia, 19 de maio de 2021.

Participantes do Encontro Bispos da Amazônia Legal